

PALESTINA: UMA TERRA, DOIS POVOS

ARMANDO AMORIM FERREIRA VIDIGAL
Vice-Almirante (Ref^o)

SUMÁRIO

Introdução

Antecedentes

A Guerra de Independência de Israel

A Guerra dos Seis Dias

A Guerra do Yom Kippur

O reconhecimento internacional da OLP

A Guerra Civil do Líbano

Os Acordos de Camp David

A Iniciativa de Fez

De volta à Guerra Civil do Líbano

A Primeira Intifada

O Iraque ataca o Kuwait

Os Acordos de Oslo

Um período de distúrbios

O Memorando de Wye River

A Segunda Intifada

Os ataques terroristas aos EUA

Crepúsculo e morte de Arafat

A vitória do Hamas

A Conferência de Annapolis

Resposta desproporcional

Análise político-estratégica

A disputa pela terra

O fracasso do Islã

Os atores estatais
Os EUA
Irã
Síria
Líbano
Jordânia
Egito
Arábia Saudita
Rússia
 Atores multiestatais
União Europeia
Nações Unidas
Liga Árabe
 Grupos Políticos
Hezbollah
Hamas
Jihad Islâmica
Fatah
 Conclusão

INTRODUÇÃO

Para compreendermos as dificuldades relacionadas com o Oriente Médio, basta atentarmos para o fato de que o conflito envolve basicamente judeus e muçulmanos, os primeiros acusados de sionistas por muitos analistas – o que significa intolerância a tudo o que não é judeu – e de praticarem o terrorismo de Estado; os segundos, tidos por outros analistas como fundamentalistas islâmicos, radicais, querendo, por meio da violência (a *jihad*), impor a todos a lei muçulmana (a *sharia*).

Certamente essas visões radicais não nos permitem enxergar a realidade dessa conturbada região, já que a mídia, em boa parte, se posiciona num ou noutro desses polos, dificilmente adotando uma postura neutra e imparcial, que permitiria uma leitura mais neutra das questões envolvidas.

Se isso ocorre com os que não estão diretamente envolvidos, que não perderam amigos ou parentes nem tiveram sua propriedade roubada ou destruída, qual não será a postura dos que dia a dia sofrem esses percalços, como é o caso específico da Palestina?

Isso, mais do que qualquer outra coisa, mostra as imensas dificuldades para um acordo que traga a convivência pacífica entre palestinos e israelenses.

ANTECEDENTES

A Guerra de Independência de Israel

O movimento sionista surgiu na Europa, no século XIX, como uma reação à perseguição aos judeus naquele continente. Um dos seus principais objetivos era o estabelecimento de um lar nacional judeu na Palestina, à qual eles se sentiam ligados por laços históricos e religiosos.

Já no início do século XX, com a evidência do desmoronamento do Império Otomano, franceses e ingleses negociaram secretamente o acordo que ficou conhecido como Acordo Sykes-Picot – negociado em 1915 e concluído em 1916 pelo inglês Mark Sykes e o francês Georges Picot –, que dividia os territórios árabes entre os dois países: o Reino Unido receberia o controle dos territórios correspondentes aproximadamente ao que hoje é a Jordânia e grande parte do Iraque, além de uma pe-

quena área em torno de Haifa; à França caberia o controle do sudeste da Turquia, da Síria, do Líbano e de uma porção do norte do Iraque. A Palestina ficaria sob legislação internacional, aguardando acordo com a Rússia e outras potências.

Mais tarde, o Acordo foi ampliado para incluir a Itália e a Rússia. A Revolução Russa de 1917 levou, porém, a público o Acordo até então secreto, abrindo mão, assim, das reivindicações russas sobre o Império Otomano. Em consequência dessa revelação, a desconfiança árabe com o Ocidente aumentou.

Em 1917, como intuito de mobilizar os judeus na guerra ao lado da Entente, os britânicos, pela Declaração Balfour, apoiaram publicamente a pretensão judia para um lar na Palestina, mas, terminada a Primeira Guerra Mundial, o único fato concreto foi a retirada otomana dos territórios que correspondiam à Palestina.

Os palestinos, por sua vez, alegaram que oficiais ingleses (clara referência a Lawrence da Arábia), para fomentar a revolta árabe contra o domínio otomano, acenaram durante a Primeira Guerra Mundial com a criação de um Estado árabe na mesma área.

Até aproximadamente 1920, o interesse colonial no Oriente Médio era predominantemente estratégico: o Reino Unido procurava facilitar a comunicação com a Índia, sua principal colônia; para a França, a proximidade com suas colônias da África do Norte era a principal motivação. Os fatores econômicos eram ainda secundários, pois o petróleo, embora já despertasse um interesse cada vez maior, não tinha ainda a importância que tem hoje.

Em julho de 1922, a Liga das Nações ratificou praticamente a partilha estabelecida no Acordo, ficando, porém, a Palestina sob mandato britânico até que a partilha pudessem ser implementada.

Desde a declarada intenção sionista de criar uma pátria na Palestina, a imigração de judeus não parou de crescer: no início dos anos 20 o número de judeus na Palestina havia praticamente dobrado, atingindo 85 mil. Mais tarde, mesmo sob mandato inglês, os judeus continuaram chegando, o que provocou uma série de revoltas da população árabe, em especial no período entre 1936 e 1939.

A disputa por terras foi a principal motivação para essa série de conflitos. Em 1947, já havia 600 mil judeus na Palestina para cerca de 1,3 milhão de árabes, que queriam não só interromper a vinda de novos judeus, mas exigiam a independência, pondo fim ao mandato inglês, criando um Es-

tado palestino na área. Há um fato que não pode deixar de ser considerado em qualquer análise do Oriente Médio: tanto a Palestina como as demais colônias estabelecidas na região com o desmoronamento do Império Otomano não correspondiam a nenhum Estado preexistente: as novas fronteiras separaram em diversos pedaços o que antes constituía uma única sociedade, estabelecida por mais de um milênio, com uma economia comum, e que se encontrava num processo de conscientização de ter um destino comum. O ideal de uma unidade política que unisse todos os árabes ressurgiria mais tarde, sendo a base do pan-arabismo.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a lembrança do Holocausto, que vitimara mais de 6 milhões de judeus, mortos pelos

As novas fronteiras separaram em diversos pedaços o que antes constituía uma única sociedade, estabelecida por mais de um milênio, com uma economia comum

nazistas, criou um ambiente internacional favorável aos judeus, o que veio a propiciar o estabelecimento de um Estado judeu na Palestina, evidentemente em detrimento das pretensões palestinas¹. Em consequência, a Organização das Nações Unidas (ONU), que substituiu a fracassada Liga das Nações, aprovou, em 1947, a partilha da Palestina (Resolução 181): os judeus ficariam com 56% do território, ficando o restante com os palestinos².

Os árabes rejeitaram de pronto a divisão, dando início a um conflito em que os judeus, tendo imediatamente declarado a independência de Israel³, foram atacados por uma coalizão de Estados árabes – Egito, Síria, Líbano e Transjordânia. Para os judeus, essa guerra é conhecida como Guerra de Independência ou Guerra da Liberação, enquanto para os árabes como a Catástrofe ou o Desastre (*nakba*).

Apesar de as forças árabes serem mais numerosas e mais bem equipadas, a vitória de Israel foi incontestável: ocupavam, ao fim do conflito, 75% do território da Palestina – os 14.500 km² que lhes cabiam pela partilha e mais 6.500 km² da parte que caberia aos palestinos. O conflito provocou a fuga de cerca de 500 mil palestinos das áreas ocupadas por Israel, que se dispersaram por todo o Oriente Médio, especial-

mente na Jordânia, o que, ainda hoje, constitui um dos formidáveis obstáculos para a pacificação da região. O território restante da Palestina ficou com a Transjordânia, que ocupou a Cisjordânia, e com o Egito, que assumiu a responsabilidade sobre a Faixa de Gaza, até que se pudesse organizar um Estado palestino.

Ainda durante o conflito, a Assembleia das Nações Unidas aprovou a Resolução 194, na qual, em um dos artigos, ficou estabelecido que “os refugiados que quisessem voltar para os seus lares e viver em paz com seus vizinhos deveriam ser permitidos de fazê-lo o mais cedo possível” e os que não quisessem deveriam ser indenizados. Para os palestinos, essa Resolução lhes dava o “direito de voltar”.

Noutros artigos, ficou estabelecido o direito de todos à proteção

e o livre acesso aos lugares sagrados e a Jerusalém, que ficaria sob controle das Nações Unidas.

Todas as tentativas de resolver a questão dos refugiados têm sido inúteis, pois os Estados árabes se recusam a conceder a nacionalidade a eles, preferindo mantê-los em condição de refugiados permanentes.

De janeiro a julho de 1949, foram assinados os armistícios com Egito, Líbano, Transjordânia e Síria. As fronteiras de Israel ficaram as resultantes da guerra. O não

Israel consolidou sua independência e, consciente do antagonismo árabe, procurou construir um poder militar muito superior ao de seus inimigos

1 É verdade que essa boa vontade internacional foi “estimulada” por atentados terroristas judeus contra instituições inglesas na Palestina, como, por exemplo, o ataque ao quartel-general inglês, o Hotel Rei David, em 1946.

2 A partilha seguiu aproximadamente o disposto pela Comissão Peel, em 1937, cujo relatório, ao ser divulgado, provocou o exílio do Grão Mufti de Jerusalém para o Líbano, tendo em vista que ele, não aceitando a resolução da comissão, incitou os árabes à violência e, por suas atitudes, inibiu a ação dos moderados.

3 Logo reconhecida pela França, os EUA e a URSS.

reconhecimento por parte das nações árabes do Estado de Israel fez com que acordos de paz só fossem assinados muito mais tarde e, mesmo assim, apenas com alguns desses Estados.

Em 1950, a Cisjordânia foi anexada pela Transjordânia, constituindo-se assim o Estado da Jordânia.

Nos anos que se seguiram, Israel consolidou sua independência e, consciente do antagonismo árabe, procurou construir um poder militar muito superior ao de seus inimigos, que considera ainda como única garantia da sua sobrevivência. A aprova-

ção pelo Knesset, o Parlamento israelense, da Lei do Retorno, em 1950, que assegurava aos judeus que viessem para a Terra Santa a imediata cidadania, fez com que mais 500 mil chegassem, somados a outros tantos vindos logo depois da independência e ainda antes da lei. Esses imigrantes vinham de uma Europa devastada pela guerra ou provinham de países árabes, de onde haviam sido expulsos. O crescimento da população judia levaria, um pouco mais tarde, o governo israelense a estabelecer assentamentos nos territórios palestinos, conforme veremos adiante.

A guerra fria teve efeitos no mundo árabe, dividindo-o em dois grupos antagônicos (o mesmo aconteceu em todo o mundo): de um lado, a Arábia Saudita, os sultanatos e emirados peninsulares, a Jordânia e o Marrocos, além de alguns outros, alinharam-se com os EUA; do outro lado, alguns países, em especial o Egito, a Síria, o Iraque, a Argélia e a Líbia, alinharam-se com o bloco soviético, defendendo

uma união dos países árabes (pan-arabismo) e um socialismo de estado.

A Guerra dos Seis Dias

Sem dúvida, a grande figura desse período, que se tornou o símbolo do pan-arabismo, foi Gamal Abdel Nasser, do Egito. Seu fracasso na grande empreitada levou igualmente ao fracasso da ideia da associação dos países árabes numa unidade política.

Nasser, em 1956, de forma unilateral, nacionalizou o Canal de Suez, fechando o por-

to do Eilat, ameaçando assim os projetos de Israel de irrigação do Deserto de Negev e cortando a sua única via para o Golfo de Aqaba, no Mar Vermelho. Com o apoio de tropas da França e do Reino Unido, que não aceitaram a nacionalização do Canal, Israel conquistou a península do Sinai e controlou

o Golfo de Aqaba, reabrindo o porto de Eilat.

Por pressão conjunta dos EUA e da URSS – esta, querendo evitar a derrota do Egito, ameaçou intervir –, as tropas dos três países retiraram-se para suas posições iniciais. Nasser transformou uma derrota militar numa importante vitória política, o que lhe deu enorme prestígio junto às massas árabes: ele manteve o controle sobre o canal, comprometendo-se em troca apenas a mantê-lo, bem como o porto de Eilat, aberto para a navegação mundial.

A principal consequência desse fato, além do aumento do prestígio de Nasser, foi trazer a União Soviética para o debate sobre as questões do Oriente Médio.

As diferenças entre os países árabes eram maiores do que qualquer desejo de integração, e o pan-arabismo não passou de um sonho de uns poucos idealistas distantes da realidade

O prestígio de Nasser no Terceiro Mundo⁴ e sua imensa popularidade entre as massas árabes deram um impulso ao pan-arabismo. Em 1958, o Egito e a Síria uniram-se numa entidade política, a República Árabe Unida (RAU), que deveria ser o núcleo em torno do qual se aglutinariam aos poucos os demais países árabes. Isso, porém, não aconteceu – a única exceção foi o Iêmen, que aderiu à RAU algumas semanas depois da sua criação – e, dois anos mais tarde, a união se dissolveu, a pedido da Síria. As diferenças entre os países árabes eram maiores do que qualquer desejo de integração, e o pan-arabismo não passou de um sonho de uns poucos idealistas distantes da realidade.

Em 1960, por sugestão da Venezuela, foi criada a Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep), para controlar e regular os preços e os estoques de petróleo no mundo (na verdade, constituíram um cartel). A adesão de países do Oriente Médio à Organização – Arábia Saudita, Emirados Árabes, Irã, Iraque, Kuwait e Qatar – fez com que a Opep passasse a ter um papel importante nas questões da região, influenciando no rumo dos acontecimentos, especialmente durante e logo após a Guerra do Yom Kippur, conforme iremos ver.

Numa reunião de cúpula dos países árabes no Cairo, em 1964, decidiu-se criar, sob os auspícios da Liga Árabe, a Organização para Libertação da Palestina (OLP), uma coalização de grupos palestinos nacionalistas e marxistas que não reconheciam o Estado de Israel, exigiam a volta dos refu-

giados palestinos e o reconhecimento da autonomia da Palestina. A coalizão era liderada pelo Movimento para Libertação da Palestina (Al Fatah), que, com base na Jordânia, iniciou uma série de ataques contra Israel. Com a OLP, sob o comando de Yasser Arafat, os palestinos passaram a ocupar um lugar conspícuo no campo político, embora ainda com ingerência do Egito e da Jordânia, que ocupavam, respectivamente, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, inclusive Jerusalém Oriental.

Ainda apoiado em seu enorme prestígio, Nasser, em maio de 1967, provocou o aumento das tensões com o Estado judeu, concentrando tropas na fronteira do Egito com Israel, o mesmo fazendo a Jordânia. Israel, dessa forma ameaçado, desencadeou um ataque preemptivo⁵ contra os dois países. A Síria logo veio em socorro do Egito e da Jordânia.

Na manhã do dia 5 de junho, a força aérea israelense atacou nove bases aéreas egípcias, destruindo a sua aviação antes que esta pudesse deixar o solo. Simultaneamente, forças blindadas israelenses investiram contra a Faixa de Gaza e o norte do Sinai e contra-atacaram as tropas da Jordânia que haviam atacado em Jerusalém. Logo todo o Sinai ficou sob controle de Israel, assim como toda a Cisjordânia, o setor oriental de Jerusalém e as Colinas de Golã, na Síria.

Foi uma humilhante derrota para os árabes, e o cessar-fogo manteve os israelenses na posse de todos os territórios que haviam ocupado⁶. O número de refugiados palestinos aumentou consideravelmente, principalmente na Jordânia e no Egito. Tan-

4 Só Nehru teve mais prestígio do que Nasser junto ao Terceiro Mundo. Afastado das complexidades do Oriente Médio, ele pôde ser mais tolerante do que Nasser e, portanto, foi capaz de granjear mais simpatia.

5 Um ataque preemptivo, diferentemente de um ataque preventivo, é um ataque em resposta a uma ameaça clara e iminente, como caracterizado tanto pela disposição das tropas egípcias e jordanianas na fronteira com Israel, como pela ordem de Nasser para que os soldados da ONU se retirassem da fronteira, bem como pelo bloqueio do Golfo de Aqaba etc.

6 Já no primeiro dia, os árabes haviam perdido 400 aviões contra 20 de Israel. Ao final, tanto a força aérea egípcia como a jordaniana haviam sido completamente destruídas; os árabes perderam 18 mil homens e Israel 766.

to o Egito como a Síria, graças ao apoio recebido, estreitaram as relações com a URSS e começaram a adquirir novos armamentos soviéticos, dessa forma envolvendo definitivamente a União Soviética nas questões do Oriente Médio.

Pela Resolução 242, de 1967, a ONU determinou a retirada israelense dos territórios ocupados e o regresso dos refugiados palestinos. Israel ignorou a Resolução e anexou Jerusalém oriental ao seu território.

A derrota não mudou a posição árabe anti-Israel. Numa reunião da Liga Árabe, em outubro de 1967, em Cartum (Sudão), os países árabes adotaram a política dos três não: não ao reconhecimento, não à negociação e não à paz com Israel.

A morte de Nasser, em 1970, sem recuperar os territórios perdidos – ele foi substituído por

Anwar Sadat –, marcou o fim de um período em que o Estado secular parecia ser a solução para os países árabes. O fracasso de Nasser assinalou o fracasso do Estado secular como instrumento da modernização do mundo árabe. O Estado religioso, conduzido dentro da lei muçulmana, a *xaria*, vai surgir como a nova instituição capaz de tirar o mundo árabe de seu atraso em relação ao Ocidente. A vitória da revolução iraniana contribuirá significativamente para isso.

A Guerra do Yom Kippur

A grande quantidade de refugiados palestinos na Jordânia, por volta de 1970, cau-

sava uma série de dificuldades no país, pois, afinal, eles representavam quase a metade da população total. A OLP⁷ passou a atribuir à má vontade dos dirigentes jordanianos os problemas enfrentados pelos palestinos e tentou derrubar a monarquia Hashemita. Em junho de 1970, os membros da OLP fracassaram numa tentativa de assassinar o Rei Hussein, além de realizarem uma série de sequestros de aviões e fazer reféns para obrigar Israel a ceder às pretensões palestinas. Em setembro, as tropas de Hussein atacaram os palestinos, com o intuito de livrar-se dos guerrilheiros da OLP, seguindo-se conflitos graves que teriam causado quase 10 mil baixas entre

os palestinos. A Síria tentou intervir a favor dos palestinos com uma divisão blindada, mas esta foi derrotada pelas tropas jordanianas. Este infeliz acontecimento ficou conhecido como Setembro Negro. Os

israelenses pensavam em intervir a favor da Jordânia, mas, pelo desenrolar dos acontecimentos, isso não foi necessário. Cerca de dez meses mais tarde, a OLP tinha sido expulsa da Jordânia, dirigindo-se para o sul do Líbano, o que, como veremos, teria várias consequências.

Uma pequena célula de homens da al-Fatah, determinada a se vingar de Hussein e de seus homens, mas sem se afastar do seu objetivo central de se opor a Israel, juntou-se a outros grupos fundamentalistas e fundou a Organização do Setembro Negro, tristemente célebre pelo ataque à vila olímpica dos Jogos de Munique, em 1972, quando seus membros mataram dois atletas israelenses.

**Os países árabes adotaram
a política dos três não:
não ao reconhecimento,
não à negociação e não à
paz com Israel**

7 Desde 1969, a OLP tornou-se independente, sob a presidência de Yasser Arafat, deixando de ficar sob a tutela da Liga Árabe.

lenses e fizeram outros nove atletas reféns, exigindo a libertação de centenas de palestinos presos em Israel. Os israelenses, por princípio, recusaram-se a negociar. Os funcionários alemães concederam livre trânsito aos sequestradores para se dirigirem ao Egito, mas, ainda no aeroporto, agentes israelenses fizeram uma trágica tentativa para libertar os reféns, do que resultou a morte de todos eles e de cinco dos oito sequestradores, além de um policial alemão (os três sequestradores sobreviventes foram desde então perseguidos pelo serviço secreto de Israel até serem mortos).

Inconformados com a não devolução por Israel dos territórios perdidos durante a Guerra dos Seis Dias, Egito e a Síria atacaram de surpresa Israel quando os judeus celebravam o Dia do Perdão (Yom Kippur), a 6 de outubro de 1973. Essa guerra ficou conhecida como a Guerra do Yom Kippur, ou Guerra de Outubro. Apanhados de surpresa, os israelenses recuaram, permitindo que as forças egípcias penetrassem até 15 quilômetros no seu território. Logo, porém, reagiram violentamente ao ataque, bombardeando com sua força aérea Damasco e cercando os exércitos egípcios no Sinai. A ingerência violenta da União Soviética, ameaçando intervir no conflito, levou os EUA e as Nações Unidas a atuarem no sentido de conter Israel, do que resultou um cessar-fogo, a 26 de outubro, que impediu a destruição dos exércitos egípcios no Sinai.

A guerra, a única que até então não terminara com uma nítida vitória israelense, manteve o *statu quo ante*, com Israel ainda de posse de todos os territórios conquistados em 1967.

Embora não tendo constituído uma humilhação para os árabes – afinal, no início do conflito eles obtiveram algumas importantes

vitórias e infligiram baixas significativas às forças de defesa de Israel –, a guerra serviu para mostrar a alguns setores do mundo árabe que a derrota pelas armas de Israel era algo que estava acima da capacidade militar de que podiam dispor, mesmo contando com ajuda da União Soviética. Isso teria consequências importantes, como veremos.

Durante o conflito, a Opep negou-se a fornecer petróleo para os países que apoiaram a posição de Israel – em especial os EUA e alguns países europeus –, usando, portanto, esse produto como arma política. As consequências foram significativas, com os preços do óleo quadruplicando, provocando queda generalizada nas bolsas de todo o mundo e aumento da inflação, afetando muito a economia dos países importadores de petróleo – o que ficou conhecido como a primeira crise do petróleo.

Aqui cabe uma reflexão: o aumento brutal dos preços do petróleo carrou recursos consideráveis para os países exportadores, quase todos em desenvolvimento, com grandes problemas sociais. No que diz respeito ao Oriente Médio, esse fluxo de recursos extraordinário não serviu para atenuar a diferença entre os países árabes produtores e os não produtores⁸ e, menos ainda, para atenuar as diferenças existentes dentro dos países produtores, entre uma classe dirigente cada vez mais rica e poderosa e a grande massa de cidadãos com crescentes problemas e sem perspectivas. O fundamentalismo muçulmano ganhou novas forças com mais esse fracasso dos líderes em modernizar o Islã.

É a partir do Yom Kippur que a relação dos EUA com Israel se estreita mais, creio que devido a Israel ter cedido à pressão americana para não destruir o exército egípcio e, dessa forma, conter a União Soviética. O apoio cada vez mais irrestrito e ostensivo

8 O apelo dos defensores do pan-arabismo para que os países produtores compartilhassem suas acrescidas rendas com os países não produtores foi rapidamente rejeitado.

a Israel não tem contribuído para melhorar a visão que os árabes têm dos EUA nem da sua condição de mediador dos conflitos.

O reconhecimento internacional da OLP

Em 1974, a Liga Árabe, numa conferência realizada em Rabat, reconheceu a OLP como único representante legítimo do povo palestino, agora sem qualquer ingerência do Egito e da Jordânia.

O Conselho Nacional da Palestina, órgão legislativo da OLP, ratificou, ainda em 1974, um programa político de dez pontos, com o objetivo final de libertar o território da Palestina e de estabelecer um Estado palestino. Na prática, o programa reconhecia o direito de o Estado judeu existir, desde que se ativesse às fronteiras anteriores à guerra de 1967, aceitasse o regresso dos refugiados palestinos e reconhecesse um Estado palestino livre de controles externos. Em novembro, na Assembleia Geral das Nações Unidas, Arafat, na qualidade de convidado, fez um discurso em que procurou mostrar seu interesse pela paz: “Eu trago um ramo de oliveiras e uma arma para lutar pela liberdade. Não deixem que o ramo de oliveiras caia das minhas mãos!”

No ano seguinte, 1975, a ONU concedeu à OLP o estado de observador e reconheceu o direito dos palestinos à autodeterminação. Foi um passo importante para dar à OLP a representatividade de que, até então, ela carecia.

A Guerra Civil do Líbano

A guerra civil que irrompeu no Líbano em 1975, e que prosseguiria até 1991, é importante pela influência que teve na questão de Israel e dos palestinos.

Durante o período que vai de 1940 a 1970, o Líbano foi considerado um oásis de paz e prosperidade no Oriente Médio, graças principalmente ao Pacto Nacional de 1944, que atenuou a dominação maronita (cristãos), com a partilha do poder com as demais comunidades, em especial a muçulmana⁹. A partir da Guerra da Independência de Israel, centenas de milhares de refugiados palestinos, majoritariamente muçulmanos, migraram para o Líbano, mas foram vistos pela população local como intrusos, sendo rejeitados e discriminados; a partir de 1970, conforme apontamos anteriormente, com a expulsão da Jordânia, após o episódio do Setembro Negro, essa imigração aumentou significativamente; muitos dos recém-chegados eram guerrilheiros que se dirigiram para o sul do Líbano, de onde podiam fazer ataques contra Israel, que, em represália, revidava, atacando o território libanês, afugentando assim os habitantes primitivos da região, a maioria camponeses xiitas, a facção mais pobre, atrasada e politicamente sub-representada¹⁰. Esses habitantes, devido à crise econômica e política do país, foram para as favelas de Beirute ocidental.

A administração do Líbano, incapaz de neutralidade em qualquer de seus níveis devido à partilha de poder entre as diversas facções, totalmente impossibilitada de controlar a situação e carente de um exército institucional que pudesse impor a ordem entre as inúmeras facções existentes, não pôde evitar a guerra civil, que eclodiu em 1975, com diversas milícias brigando entre si, algumas com apoio de Israel, outras, da Síria.

A guerra civil no Líbano provocou, em 1976, uma intervenção da Síria, para evitar que os palestinos pudessem dominar o

⁹ A maior taxa da natalidade dos muçulmanos era, porém, uma ameaça, além das pretensões da Síria sobre o Líbano.

¹⁰ O outro grande bolsão xiita habitava o Vale de Bekaa, próximo à fronteira com a Síria.

país, criando condições para que as milícias maronitas massacrassem os palestinos em Beirute.

Ainda em 1976, ocorreu o incidente de Entebbe (Aeroporto de Uganda). Um voo da Air France, proveniente de Tel Aviv, foi sequestrado por membros da Frente Popular para a Libertação da Palestina, que levaram os reféns judeus para Entebbe, exigindo a libertação de prisioneiros palestinos em Israel. Numa operação de grande ousadia, uma força militar israelense de elite realizou um ataque aos sequestradores, matando seis deles e 45 soldados ugandeses e liberando os cem reféns, com a morte de apenas um soldado e de um refém que não estava, na hora, no aeroporto.

Em 1977, o advento de um governo israelense comandado pelo Partido Likud, que defende a criação do Grande Israel (Eretz Israel), deu início à política de estabelecimento de assentamentos judeus tanto na Faixa de Gaza como na Cisjordânia. Este continua a ser um ponto difícil nas negociações para um acordo entre Israel e os palestinos.

A revolução iraniana de 1978-1979, que tirou do poder o xá Reza Pahlevi, trouxe mais um ingrediente para o drama palestino. De imediato, voluntários iranianos chegaram ao Líbano para combater os sionistas.

O grupo xiita¹¹, desde 1961, com a chegada do imã Mussa Sadr, vindo do Irã, havia se tornado um grupo reivindicante, pronto a lutar por seus direitos. Ele organizou o grupo Amal (esperança), que defendia a *jihad* como forma de conseguir a representatividade a que se julgavam com direito, num Estado islâmico. Com a guerra civil, eles passaram a integrar o bloco muçulmano progressista, que, por meio da luta armada, queria pôr fim à hegemonia maronita.

Com o apoio do líder líbio Kadafi, Sadr organizou a milícia xiita. Em 1978, porém, os dois líderes se desentenderam e Kadafi mandou fuzilar Sadr, que foi então substituído na direção do Amal por Nabih Berri, líder ocidentalizado, mais interessado na democratização do Líbano, com uma representação proporcional para os xiitas, do que na constituição de um Estado islâmico. A posição do novo líder não foi aceita por um segmento do Amal, constituído por fundamentalistas islâmicos que, empolgados pela vitória no Irã da revolução islâmica (1978-1979), criaram o Hezbollah (Partido de Deus). Dois radicais – Muhammad Hussein Fallallah e Hussein Musawi – assumiram a direção do grupo, que quer o estabelecimento no Líbano de um Estado islâmico por meio da luta armada.

Em 1978, foi a vez de Israel invadir o Líbano para expulsar os palestinos do sul do país. Sob forte pressão dos EUA, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 425, em março de 1978, que determinou a retirada das forças israelenses do Líbano, e a Resolução 426, que criou uma força internacional para a manutenção da paz na região.

Os Acordos de Camp David

Sob a direção do novo líder egípcio, Anwar Sadat, que tirou as conclusões certas da Guerra do Yom Kippur e que era mais moderado do que Nasser, o Egito aceitou o convite do Presidente americano Jimmy Carter para uma reunião em Camp David, em 1978, com Menachem Begin, *premier* israelense, e Arafat. A 17 de setembro, Israel e Egito comprometeram-se a assinar um Tratado de Paz, segundo os princípios delineados nos acordos de paz de 1973, 74 e

11 Em 1975, quando teve início a guerra civil libanesa, os xiitas representavam 32% da população total; hoje, representam cerca de 40%.

75. Os Acordos de Camp David, que dariam aos líderes envolvidos o Prêmio Nobel da Paz – “A Framework for Peace in the Middle East” e “A Framework for the Conclusion of a Peace Treaty between Egypt and Israel” –, estabeleceram disposições de como encaminhar a questão palestina e como negociar o tratado de paz: reconhecimento mútuo, desocupação da Península do Sinai por Israel, restrições à presença militar na fronteira comum, solução pacífica de controvérsias, fim dos boicotes econômicos e direito de passagem, entre outros. O Tratado de Paz foi assinado em Washington, em março de 1979, e foi o primeiro celebrado entre Israel e um país árabe. Em consequência, o Egito foi isolado da comunidade árabe e muçulmana, sendo suspenso da Liga Árabe.¹²

O Tratado de Paz foi assinado em Washington, em março de 1979, e foi o primeiro celebrado entre Israel e um país árabe

A Iniciativa de Fez

Em 1980, Saddam Hussein, líder do Iraque, ambicionando tomar o lugar de Nasser, imaginou que poderia atacar o Irã e derrubar o regime religioso ali instalado, ainda não inteiramente consolidado. Sabia que poderia contar com o apoio Ocidental – o que de fato ocorreu – e que, usando uma linguagem antissionista, empolgaria o mundo árabe – que aconteceu apenas em parte. Saddam contou com o apoio dos EUA – para Khomeini, “o Grande Satã” –, da França e, ainda, da URSS, que lhe deram

ajuda militar; alguns países árabes, entre os quais o Kuwait, emprestaram-lhe bilhões de dólares. Apesar de toda a ajuda, a guerra se arrastaria por cerca de oito anos e terminaria num impasse.

A promulgação por Israel, em 1981, da Lei das Colinas de Golã, estabelecendo a aplicação às colinas da lei civil de Israel, e não mais da lei militar, na prática significava a anexação da área a Israel, fato que não foi reconhecido nem pelos EUA nem pela comunidade internacional. Criou-se, assim, mais uma dificuldade para um eventual tratado de paz com a Síria.

As tentativas de um acordo para resolver a questão palestina continuavam, apesar das crescentes dificuldades. O Príncipe Fahd, da Arábia Saudita, propôs, em 1981, um plano de paz baseado na retirada de

Israel de todos os territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias, a remoção dos assentamentos judeus tanto na Faixa de Gaza como na Banda Ocidental¹³ e o estabelecimento de um Estado palestino nessas áreas. Numa reunião de cúpula realizada em Fez, no Marrocos, em 1982, a Liga Árabe aceitou o plano. A chamada Iniciativa de Fez teve de imediato o apoio dos EUA e da Europa, mas Israel rejeitou a proposta sob a alegação de que não havia garantias suficientes para sua segurança. A proposta do Presidente Reagan de formação de um Estado associado com a Jordânia e os territórios palestinos foi rejeitada tanto por

12 Esta suspensão se estenderia até o fim dos anos 80. Em 1981, Anwar Sadat pagaria com a vida sua iniciativa pela paz. A Jordânia assinaria o Tratado de Paz em 1994.

13 É a região conhecida como Cisjordânia, na margem ocidental do Rio Jordão, compreendendo a Samaria e a Judeia dos judeus. É uma área com cerca de 2 mil milhas quadradas. Suas cidades principais são Ramallah (de fato a capital administrativa da Palestina), Nablus (um centro comercial) e Hebron (no sul).

Israel como pela OLP, embora, no meu entender, merecesse ser mais bem discutida.

De volta à Guerra Civil do Líbano

Em 1982 Israel invadiu o sul do Líbano para expulsar os palestinos. Isso decretou o afastamento geográfico da OLP de Israel: Arafat foi para a Tunísia e os militantes palestinos foram para vários campos em países árabes, longe de Israel. O Hezbollah assumiu então uma posição radical anti-Israel, projetando-se internacionalmente como mais um ator que não aceitava a existência do Estado judeu, estreitando seus laços com o Irã e com a Síria. Com a intervenção das tropas da ONU – americanos, franceses e italianos –, que expulsaram a OLP para a Tunísia, Israel recuou para uma “zona de segurança” de apenas 12 milhas de largura, patrulhada por tropas recém-recrutadas de um exército do sul do Líbano em formação e por uma milícia cristã armada por Israel. Antes da retirada de suas tropas, Israel ajudou a eleger um Presidente libanês simpático à sua causa – Bashir Gemayel –, que logo depois foi assassinado pelos sírios.

A Síria não reconheceu o acordo entre Israel e o Líbano, mediado pelos EUA, para pôr fim ao conflito; para que o Líbano desistisse do acordo, manteve 40 mil homens de suas forças armadas no país (daí Israel ter mantido a “zona de segurança”).

Aproveitando-se da retirada das tropas israelenses, as milícias cristãs aliadas de Israel massacraram pelo menos 700 refugiados palestinos nos campos de Sabra e Shatila.¹⁴

No Líbano, envolto na guerra civil, atentados contra americanos e contra as tropas da ONU se sucediam. Em abril de 1983, uma van carregada de explosivos foi detonada em frente à embaixada americana em Beirute, causando 63 mortos; em outubro, dois ataques qua-

se simultâneos, com caminhões-bomba, foram praticados contra aquartelamento de tropas francesas, causando 58 baixas, e contra aquartelamentos americanos, deixando 241 mortos. Segundo inquérito americano, esses ataques foram da responsabilidade do Hezbollah, com ajuda do Irã. Para Israel, a Síria estaria também envolvida. Apenas cinco meses mais tarde, as tropas da ONU retirar-se-iam do país, deixando o Líbano entregue à própria sorte.

O incidente do *Achille Lauro*, um navio de cruzeiro italiano que, em 1985, foi sequestrado em águas egípcias por terroristas da OLP, que exigiam a libertação de palestinos presos em Israel, terminou com o assassinato de um judeu americano. Após dois dias de negociações, o Egito garantiu o direito de livre passagem dos terroristas para a Tunísia num avião egípcio; o avião foi, porém, interceptado por caças americanos e forçado a pousar na Sicília, onde alguns terroristas foram presos pelas autoridades italianas e outros foram deixados partir, embora fossem posteriormente condenados *in absentia* pelos tribunais italianos. Um deles, Abu Abbas, foi capturado, em 2003, por tropas americanas no Iraque, morrendo em custódia no ano seguinte.

A Primeira Intifada

O Hamas, uma ala mais radical da OLP, foi fundado em 1987 pelo *sheik* Ahmed Yassim, oriundo da Irmandade Muçulmana do Egito, com o objetivo de criar-se um Estado religioso na Palestina, diferenciando-se assim de outras facções que defendiam um Estado secular. Os estatutos do movimento, publicados no ano seguinte, apelavam para que todos os muçulmanos iniciassem uma *jihad* para libertar o território palestino dos sionistas. Como a OLP não dispunha, desde 1982, com o estabele-

¹⁴ Um inquérito israelense concluiu posteriormente que o general, então ministro da Defesa de Israel, Ariel Sharon, era indiretamente responsável pelo massacre.

cimento da “zona de segurança” no Líbano, de um território de onde pudesse atacar Israel, declarou, em 1987, a Primeira Intifada (revolta) em Gaza e no West Bank, procurando pôr fim a 20 anos de ocupação. Para alguns palestinos, a intifada correspondia à desobediência civil, à organização de greves e à grafitagem; outros grupos mais radicais passaram a atacar as forças israelenses com machados, coquetéis Molotov, granadas e armas de fogo leves. Demonstrações, com grupos de civis palestinos (em geral muito jovens), atirando pedras contra forças israelenses fortemente armadas tornaram-se comuns.

Em 1988, o Rei Hussein da Jordânia, provavelmente com receio de que a intifada se estendesse para o seu território, transferiu para a OLP, reconhecida como “única entidade representante dos palestinos”, todas as reivindicações de seu país relativas à Cisjordânia (West Bank) e a Jerusalém Oriental. Em dezembro, Arafat fez um discurso conciliatório na Assembleia-Geral da ONU, mas foi criticado por Washington, que esperava uma denúncia pública do terrorismo como forma de ação e o reconhecimento claro do direito de Israel de existir. No dia seguinte, numa conferência de imprensa, Arafat mostrou-se disposto a aceitar essas premissas, o que levou Reagan a propor um “diálogo construtivo” com a OLP, para desagrado de Israel. O Hamas afastou-se do Fatah, grupo dominante da OLP, e alguns setores em Israel, julgando enfraquecer o Fatah, apoiaram o Hamas. Logo iriam se arrepender desse apoio.

O Iraque ataca o Kuwait

Em 1988, sob os auspícios da ONU, foi assinado o armistício entre o Iraque e o Irã,

mantendo-se o *statu quo ante*. Mais do que os ímpetos imperialistas de Saddam, as nações árabes temiam o radicalismo do regime iraniano, o que, combinado com um misto de racismo antipersa e anticurdo, levou os países árabes a apoiarem Saddam. Os EUA e alguns países europeus, por não aceitarem o regime dos aiatolás iranianos, cooperaram com Saddam. Isso, muito em breve, iria mudar.

A invasão do Kuwait pelo Iraque em 1990, com o objetivo de se apossar dos recursos petrolíferos do país, além de conseguir uma saída mais ampla para o Golfo Pérsico, levou à formação de uma coligação liderada pelos EUA, da qual participaram muitos países árabes que não tinham mais razão para apoiar Saddam e que, pelo contrário, o temiam. Para os Estados Unidos, Saddam tinha que ser detido, já que seria perigoso ele controlar uma quantidade tão grande de petróleo.

A postura de Saddam, em desafio aberto ao Ocidente e de não aceitação de Israel – chegou a condicionar sua saída do Kuwait à retirada de Israel dos territórios ocupados –, tornou-o extremamente popular entre as massas árabes, de modo que a “cruzada internacional” que o derrotou foi extremamente impopular entre os povos árabes, e os governos que se opuseram a ele e o derrotaram em 1991 perderam prestígio junto às massas.

Arafat, para não deixar o terreno livre para o Hamas, apoiou Saddam, indispondo-se com os EUA e também com os Estados árabes que participaram da coalizão.¹⁵

A permanência de Saddam no poder após a derrota militar deve ser interpretada como a dificuldade americana de encontrar uma liderança capaz de substituí-lo sem

15 A mágoa desses países para com Arafat ficou evidenciada com a morte do líder palestino. Embora mais de 14 anos se tivessem passado desde então, os países do Golfo não se fizeram representar no funeral.

desestabilizar o país, única barreira contra o inaceitável Irã.

Os Acordos de Oslo

A Conferência de Madri, de outubro de 1991, foi uma consequência da Guerra do Golfo. A Conferência, que teve o apoio dos EUA e da URSS (a queda do Muro de Berlim em 1989 já anunciava a dissolução da URSS, que ocorreria em novembro de 1991), contou com delegados de Israel, Síria, Jordânia, Líbano e dos palestinos (Fatah) e estabeleceu um padrão para o estabelecimento de negociações multilaterais, para tratar dos grandes problemas regionais, e de conversas bilaterais entre Israel e cada um dos países participantes para tratar de questões específicas entre cada um deles e Israel.

No final de 1992, Israel expulsou 415 ativistas islâmicos de Israel, na maioria militantes do Hamas, em direção ao Líbano, mas sua entrada nesse país foi impedida por parte do exército do sul do Líbano, aliado de Israel, ficando eles, durante cerca de um ano, numa terra de ninguém, entre Israel e o Líbano. Na volta para os territórios ocupados tiveram recepção de heróis, e desde então passaram a ter grande prestígio entre o seu povo.

Em abril de 1993, o Hamas praticou o primeiro atentado suicida contra Israel.

Como resultado da Conferência de Madri, foi aberto o caminho para os Acordos de Oslo e para a assinatura do tratado de Paz entre Israel e a Jordânia¹⁶.

Os acordos conhecidos como Acordos de Oslo aconteceram em 1993, envolvendo Israel e a OLP, e culminaram com uma Declaração de Princípios, em que cada lado reconhecia a existência do outro e renunciava ao uso da violência. Foi estabelecida a Autoridade Nacional da Palestina (ANP), com autoridade limitada na Faixa de Gaza e parte do West Bank. A OLP encarou esses acordos como um passo adiante no sentido do reconhecimento das fronteiras de Israel pré-1967 e do direito dos imigrantes palestinos de voltarem ao seu lar. Os israelenses, por outro lado, consideravam os acordos como o início de um processo que, passo a passo, poderia levar a uma solução de compromisso.

No seu retorno a Gaza, após um exílio de 27 anos, Arafat, ao assumir a ANP, foi saudado por uma multidão de palestinos nas ruas. Esse foi um passo importante para a futura criação de um Estado palestino, embora não reconhecido pelo Hamas.

Em setembro de 1995 foi assinado o Acordo Provisório, também conhecido

como Acordo de Oslo II, pelo qual era dada mais autonomia aos palestinos, mas sem comprometer a segurança de Israel. Por esse acordo, algumas áreas de Gaza e do West Bank ficavam totalmente sob controle civil e de segurança da ANP, outras de Israel e, finalmente, as restantes sob controle civil dos palestinos e de segurança de Israel. Foi criada uma força policial palestina com 24 mil homens para manter a segurança e para garantir o trânsito livre

Isaak Rabin, primeiro-ministro de Israel, foi assassinado a tiros por um extremista judeu que se opunha a qualquer concessão aos palestinos. Sua morte foi uma perda irreparável para o processo de paz

¹⁶ Tratado assinado em 1994.

dos palestinos entre Gaza e o West Bank. Acusações de violações do acordo logo se seguiram, feitas por ambos os lados, uma constante no caso palestino.

No mês seguinte, ao deixar um comício a favor das negociações de paz de Oslo, Isaak Rabin, primeiro-ministro de Israel, foi assassinado a tiros por um extremista judeu que se opunha a qualquer concessão aos palestinos. Sua morte foi uma perda irreparável para o processo de paz. Ele foi substituído no cargo por Shimon Perez.

Um período de distúrbios

Já no início de 1996, para responder ao aumento dos ataques de Hezbollah na fronteira com o Líbano, Shimon Perez decretou a operação conhecida como Operação Vinhas da Ira, em que o Líbano foi bombardeado durante 16 dias. O Hezbollah, em represália, lançou foguetes Katyusha contra áreas populosas ao norte de Israel. Em abril, Israel atingiu um posto das Nações Unidas em Qana, matando cerca de cem civis libaneses que lá se tinham abrigado. A onda de violência só teve fim quando foi feito um acordo em que ambos os lados se comprometeram, mais uma vez em vão, a evitar a morte de civis.

Em maio de 1996, Shimon Perez, que orientou sua campanha eleitoral na defesa dos Acordos de Oslo, foi derrotado por pequena margem por Benjamin Netanyahu, líder mais à direita, que foi beneficiado porque, nos meses que precederam a eleição, uma série de ataques suicidas desfechados pelo Hamas deram força aos que em Israel se opunham a concessões aos palestinos.

Em 1997, agentes israelenses, fazendo-se passar por turistas canadenses, na Jordânia, tentaram envenenar o líder do Hamas, Kaled Meshal, criando uma crise com a Jordânia (o Canadá também protestou contra a ação israelense), só contorna-

da quando Israel providenciou um antídoto para Meshal e libertou o líder espiritual do Hamas, o *sheik* Ahmed Kassim.

O Memorando de Wye River

Numa tentativa de reativar os Acordos de Oslo que estavam em compasso de espera, em 1998 o Presidente dos EUA, Bill Clinton, pressionou tanto Netanyahu como Arafat a assinarem o Memorando de Wye River, pelo qual eram apontadas as medidas que os palestinos deveriam tomar para garantir a segurança de Israel, cabendo à CIA monitorar o cumprimento de cada uma dessas medidas e, em contrapartida, o compromisso de Israel de devolver uma determinada percentagem de terra aos palestinos, até, o mais tardar, março de 2000. A coalizão que elegeu Netanyahu se rompeu devido ao acordo, e ele foi derrotado nas eleições seguintes por Ehud Barak.

Em julho de 2000, Bill Clinton fez uma nova tentativa em Camp David. Durante duas semanas, israelenses e palestinos negociaram e Barak fez concessões importantes para Arafat: Israel se retiraria de mais de 90% do território ocupado, a cidade velha de Jerusalém poderia vir a ser compartilhada por palestinos e judeus e seria criado um Estado palestino na área desocupada. Segundo os americanos, Arafat foi o responsável pelo fracasso do acordo, mas, segundo os palestinos, Barak estava oferecendo o que ele não podia dar, e sua oferta não atendia às pretensões dos palestinos de recomposição das fronteiras pré-1967 e da volta dos refugiados palestinos.

A única coisa que se salvou da reunião de cúpula foi uma Declaração Trilateral onde se estabelecia o procedimento para futuras negociações. Na verdade, mais uma vez os esforços para uma solução negociada fracassaram, nada tendo mudado. Ou até mesmo as coisas ficaram piores, pois, a

partir de mais esse fracasso, os EUA e Israel desistiram de negociar com Arafat, que, entretanto, era o único líder palestino capaz de, com seu prestígio e carisma, controlar os radicais do seu lado.

A Segunda Intifada

Em setembro de 2000, Ariel Sharon, então presidente do Partido Likud e líder formal da oposição, fez uma visita ao Templo Mount, em Jerusalém oriental, que é também o local do terceiro lugar mais sagrado do Islã, o Mosteiro al-Aqsa. Essa visita foi a centelha que causou uma nova intifada, a segunda, que, diferentemente da primeira, de 1997, se caracterizou por um número menor de demonstrações e maior emprego de armas de fogo e ataques suicidas por parte dos palestinos, levando assim Israel a tomar medidas mais duras, que incluíram a reocupação de partes do West Bank, ataques aéreos, os “assassinatos seletivos” de líderes palestinos e a construção de um muro separando os palestinos dos núcleos populacionais judeus no West Bank.

A Segunda Intifada assinala o fracasso dos Acordos de Oslo e o descrédito da OLP e de Arafat.

A mudança presidencial dos EUA, assumindo George W. Bush em janeiro de 2001, acarretou de pronto a mudança da estratégia americana para a questão da Palestina. A não indicação de um enviado especial para o Oriente Médio, como era praxe, mostrou claramente o desengajamento americano de uma solução diplomática, pelo menos enquanto não houvesse uma mudança na cúpula palestina.

Em fevereiro, em meio à violência dominante, Ehud Barak foi derrotado na luta para primeiro-ministro por Ariel Sharon¹⁷, numa clara demonstração de que os radicais em

Israel se fortalecem à medida que se deterioram as questões de segurança.

Ainda no primeiro semestre de 2001, Israel interceptou um carregamento de armas para os palestinos vindo do Irã, deixando claro que as declarações de Arafat de que procurava combater a violência eram falsas. Bush aproveitou a ocasião para pedir a emergência de uma nova liderança palestina, mais confiável, o que, sem dúvida, foi um erro grosseiro de avaliação, dificultando ainda mais qualquer negociação de paz.

Os ataques terroristas aos EUA

Os ataques terroristas às Torres Gêmeas e ao Pentágono, em setembro de 2001, levaram os EUA a declarar uma “guerra ao terror”. Sharon habilmente associou sua luta contra os palestinos a essa guerra, aproximando-se mais ainda dos EUA. As celebrações dos palestinos quando do ataque terrorista aos EUA e o oferecimento de Israel de colaborar com os americanos na guerra ao terror com material e inteligência afastaram ainda mais os EUA dos líderes palestinos e estreitaram os laços com Israel.

Crepúsculo e morte de Arafat

Em 2002, após um ataque de homem-bomba do Hamas a um grupo de israelenses que celebravam o Páscoa, deixando 28 mortos, as Forças de Defesa de Israel lançaram um ataque ao West Bank, assumindo o controle da cidade de Jenin e cercando o quartel-general de Arafat por cinco semanas. Refugiados palestinos procuraram abrigo na Igreja da Natividade, em Belém, lá permanecendo por 38 dias cercados por tropas de Israel. Teve início efetivamente a construção do muro para separar Israel do West Bank. Em setembro, um segundo ataque ao

17 Eleito *premier* em 2001, Sharon fundou o Partido Kadima, prometendo abrir mão do Grande Israel.

quartel-general de Arafat pelos israelenses deixou o prédio em ruínas.

O isolamento de Arafat levou os palestinos a elegerem Mahmoud Abbas como primeiro-ministro, continuando Arafat como presidente. Com a invasão do Iraque, em março de 2003, por uma coligação EUA-Reino Unido e a necessidade, agora urgente, de os americanos darem solução à questão palestina – a “democratização” do Iraque e a exploração do seu petróleo justificavam a urgência –, o Presidente Bush delineou o que chamou de Mapa do Caminho (Road Map), com o propósito de assinalar pontos específicos que indicassem o caminho da paz. O mapa, endossado pelo Quarteto* – isto é, os EUA, a Rússia, a União Europeia e as Nações Unidas –, exigia reformas palestinas (como o abandono de táticas terroristas), garantindo em troca o fim dos assentamentos israelenses e a criação de um Estado palestino, pela primeira vez admitido pelos americanos.

Em março de 2004, em resposta à renovação dos ataques suicidas do Hamas, Israel, num ataque aéreo deliberado, matou Ahmed Yassim, líder espiritual do grupo. O ato foi condenado por toda a comunidade internacional, dando origem a pedidos para que Israel pusesse fim aos “assassinatos seletivos”.

Surpreendentemente, Ariel Sharon, um falcão, toda a vida a favor dos assentamentos judeus, apresentou um Plano de

Desengajamento em que determinava a remoção de todos os assentamentos judeus em Gaza.

Yasser Arafat caiu doente em outubro de 2004; ele foi transportado para a França para tratamento médico, mas veio a falecer em novembro. Mahmoud Abbas foi eleito seu sucessor.

A Segunda Intifada oficialmente ainda não terminara, mas, no início de 2005, havia evidências de que a violência diminuiria. Sem dúvida, os ataques suicidas pales-

tininos e as medidas preventivas tomadas por Israel provocaram baixas consideráveis de ambos os lados: de acordo com um grupo de direitos humanos em Israel, a violência tirou a vida de 1.050 israelenses e de 3.358 palestinos desde setembro de 2000, quando teve início a Segunda Intifada, até janeiro de 2005.

Em agosto de 2005, segundo o plano de Sharon, Israel iniciou a retirada de 9 mil judeus dos assentamen-

tos em Gaza. Alguns judeus aceitaram a compensação oferecida pelo governo e se retiraram pacificamente, enquanto outros foram removidos à força pelas Forças de Defesa de Israel. Dessa forma, Sharon pretendia reduzir os ataques palestinos contra Israel, mas, pelo contrário, em breve esses ataques far-se-iam também a partir de Gaza. Todo otimismo decorrente da atitude de Sharon desapareceu quando o primeiro-ministro de Israel sofreu um proble-

O Presidente Bush delineou o que chamou de Mapa do Caminho (Road Map), com o propósito de assinalar pontos específicos que indicassem o caminho da paz. O mapa, endossado pelo Quarteto – isto é, os EUA, a Rússia, a União Europeia e as Nações Unidas –, exigia reformas palestinas

* N.A.: O Mapa do Caminho endossado pelo Quarteto, também é chamado Mapa da Paz.

ma cardiovascular, entrou em coma e foi declarado incapacitado, assumindo Ehud Olmert, do mesmo partido do líder afastado. Uma de suas primeiras decisões foi manter a retirada dos judeus dos assentamentos em Gaza.

A vitória do Hamas

Um novo acontecimento veio agravar os problemas na Palestina. Em janeiro de 2006, o Hamas venceu as eleições para a formação do Gabinete da Autoridade Palestina, o que acarretou imediatamente a suspensão da ajuda econômica dada aos palestinos pelos EUA, União Europeia (EU) e outros doadores. O poder palestino passou a ficar dividido entre o Presidente Mahmoud Abbas, representando o movimento Fatah de Arafat, e o Hamas, com controle do Gabinete e do Parlamento. Todas as tentativas de um governo de coalizão rapidamente fracassaram.

Em julho de 2006, a situação se deteriorou mais uma vez. O Hamas e o Hezbollah infiltraram-se em Israel e capturaram alguns soldados israelenses, o que fez Israel reagir, invadindo simultaneamente Gaza e o Líbano. Os combates duraram mais de um mês, com ataques aéreos de Israel contra alvos nos dois territórios e mísseis do Hezbollah contra a área ao norte de Israel. O conflito cessou com a aprovação, pelo Conselho de Segurança, da Resolução nº 1.701, que determinou o deslocamento do exército libanês para ocupar o sul do Líbano e o envio de forças de manutenção da paz das Nações Unidas. As baixas do Hezbollah foram grandes, mas o seu prestígio e o de seus aliados, Irã e Síria, cresceram em quase todo o Líbano. A vitória de Israel teve pequena consequência estratégica, embora o Egito e a Arábia Saudita tenham condenado as ações do Hezbollah. O pior que aconteceu, porém, foi que, pelo

menos aparentemente, o plano de Olmert de retirada de assentamentos judeus foi abandonado.

Confirmadas as dificuldades de um governo de coalizão Hamas-Fatah, o Hamas expulsou o Fatah de Gaza, em junho de 2007. Abbas declarou tratar-se de um golpe do Hamas e nomeou um novo governo, sediado em Ramallah, imediatamente reconhecido pelos EUA e UE. O auxílio dos doadores foi reiniciado. Israel retomou a entrega dos impostos palestinos recolhidos, que tinha sido interrompida desde a vitória do Hamas. O Hamas continuou de posse de Gaza, e as cidades do sul de Israel estão sujeitas a ataques quase diários de foguetes. Israel tem revidado com ataques contra Gaza.

A Conferência de Annapolis

Conforme já apontado, o acordo do Mapa do Caminho, defendido pelo Quarteto, estabelece reciprocidade, com cada partido tendo que cumprir certas obrigações ao longo do processo: Israel tendo que dismantelar os assentamentos judeus considerados ilegais e impedir qualquer expansão territorial dos demais assentamentos – sem dúvida, a dificuldade central é estabelecer que assentamentos são ilegais –, e os palestinos renunciando definitivamente ao terrorismo e estabelecendo um governo capaz de funcionar – o que, com a atual divisão entre o Hamas e o Fatah, parece extremamente difícil.

Em novembro de 2007, Bush tentou um novo plano de paz para a região. A Conferência de Annapolis reuniu, além das duas partes diretamente envolvidas (os palestinos representados apenas pelo Fatah), representantes do Quarteto, os países membros da Liga Árabe e do Conselho de Segurança da ONU. O conceito fundamental do acordo foi de que os dois lados diretamente envolvi-

dos, por meio de negociações, estabeleceriam a partilha do território – quem ficaria com o quê – de modo que, então, algum dia, os palestinos pudessem estabelecer um governo capaz de dirigir seus territórios e prover um grau adequado de segurança.

Resposta desproporcional

No início de 2008, devido à expulsão do Fatah de Gaza pelo Hamas, Israel passou a bloquear a área, seguindo-se ataques do Hamas com foguetes de fabricação caseira Oassam contra cidades israelenses. O bloqueio tem afetado não apenas o Hamas, mas, principalmente, os cerca de 1,4 milhão de palestinos que vivem, em condições extremamente precárias, em Gaza. Já os foguetes têm causado poucas baixas entre os israelenses, que, entretanto, não se sentem seguros com esses frequentes e inesperados ataques.

O enfraquecimento do governo de Israel, devido às acusações de corrupção do Primeiro-Ministro Ehud Ohmert – obrigado a deixar a presidência do Kadima –, não tem impedido que a repressão aos palestinos aumente de intensidade; pelo contrário, a instabilidade do governo faz com que ele reaja às ações palestinas com vigor redobrado para não parecer fraco.

A nova presidente do partido, Tzip Livnit, tentou reorganizar a coalizão que governa o país, estreitando seus laços com o Partido Trabalhista de Ehud Barak e aproximando-se do Partido Shas, ultraortodoxo, mas, tendo fracassado, recorreu à eleições gerais, que tiveram lugar em fevereiro de 2009, tendo Ohmert continuado no posto até o resultado do pleito.

Em dezembro de 2008, tendo o Hamas aumentado os ataques contra Israel, este reagiu: aviões israelenses bombardearam

intensamente Gaza, despejando mais de 100 toneladas de bombas. Até o fim do ano, morreram cerca de 400 palestinos e mais de 2 mil ficaram feridos, incluindo-se nesses totais muitas mulheres e crianças. A comunidade internacional acusou Israel de “resposta desproporcional”. O veto dos EUA impediu uma resolução do Conselho de Segurança condenando Israel.

As perspectivas abertas pela eleição de Barak Obama nos EUA – que parece ter muito mais disposição que seu antecessor para um diálogo construtivo que envolva países como a Síria e o Irã – podem ser frustradas pela eleição em Israel de Benjamim Netanyahu, do Partido Likud, que, para formar o governo, teve que se aliar a Avgor Lieberman, do Partido Yisrael Beiteinu, feito ministro das Relações Exteriores, ainda mais à direita do que ele. Para alguns analistas, porém, os novos dirigentes reconhecem que a solução passa pelo estabelecimento de dois Estados e que, portanto, não serão de todo intransigentes na procura de uma solução. Esses analistas lembram que, em 1970, foi com um governo do Likud que Menachem Begin negociou com o Egito um acordo para o Tratado de Paz, devolvendo a Península de Sinai (terra por paz). Não se esperava também que Ariel Sharon propusesse unilateralmente a retirada dos assentamentos judeus em Gaza, e ele o fez.

A questão não é tão simples, porém. Apesar do que dizem esses analistas, na verdade a posição de Netanyahu não é a de aceitar o estabelecimento de dois Estados. Após o encontro com Obama, em maio de 2009, disse ele:

“Eu não digo dois Estados para dois povos. Precisamos esclarecer o que é isso. Isso significa um Estado do Hamas? Espero que não.”¹⁸

18 “Obama exige que Israel detenha assentamentos”, Gilberto Scofiel Jr, *O Globo*, 19/5/09.

Os pontos de vista expressos por Obama não diferem muito daqueles do Mapa da Paz*. Após afirmar que “a situação humanitária em Gaza precisa ser tratada”, disse ele:

“Os assentamentos devem parar para que possamos seguir adiante. É do interesse não apenas dos palestinos, mas dos israelenses e da comunidade internacional, que se chegue a uma solução de dois Estados na qual israelenses e palestinos viverão em paz lado a lado.”¹⁹

No mesmo dia, porém, em que Obama pedia o fim dos assentamentos, o governo israelense autorizou a construção de uma nova colônia no norte do território da Cisjordânia – a colônia de Masklot²⁰.

ANÁLISE POLÍTICO-ESTRATÉGICA

No mundo globalizado, conflitos não ficam, em geral, limitados aos atores diretamente envolvidos. Isso é ainda mais verdadeiro no que se refere às questões do Oriente Médio, em que o conflito entre israelenses e palestinos envolve todos os países da região e até mesmo países fora da região, como os EUA e a Rússia, e também organizações multinacionais, como as Nações Unidas e a União Europeia. Uma análise político-estratégica do Oriente Médio não estaria completa se não levasse em consideração determinados grupos políticos que, pelo papel destacado que têm no conflito, merecem consideração especial, como o Fatah, o Hamas, o Hezbollah e a Jihad Islâmica.

No nosso entendimento, há duas questões relevantes para o entendimento da

problemática entre palestinos e israelenses, uma envolvendo a disputa pela terra em si e outra mais de caráter sociológico, que decorre do fracasso do Islã, em geral, de promover o desenvolvimento econômico e social dos países muçulmanos.

A disputa pela terra

A questão da terra é o problema fundamental que hoje divide israelenses e palestinos e afeta a relação de Israel com as nações árabes e não árabes, mas muçulmanas, especialmente no Oriente Médio.

Apoiados por concepções históricas e religiosas, dois povos disputam a mesma região geográfica: os judeus, perseguidos em toda parte, especialmente na Europa – o Holocausto, promovido pela Alemanha nazista, em que perderam a vida mais de 6 milhões de judeus, é o exemplo maior dessa perseguição –, querem retornar à Terra Santa, terra de seus ancestrais, onde estão os lugares sagrados do judaísmo; os palestinos, instalados na região há tempos, expulsos do seu território durante a Guerra da Independência de Israel, de 1948, bem como depois da Guerra dos Seis Dias, de 1967, querem o retorno para o seu lar natural e a formação de um Estado palestino.

A partilha da Palestina, determinada pelas Nações Unidas em 1947, não foi aceita pelos palestinos porque não respeitava sequer a proporcionalidade das duas comunidades: coube aos judeus 56% do território, ficando os palestinos com os restantes 44%, embora em termos populacionais houvesse mais de 1,3 milhão de árabes para cerca de 600 mil judeus. Egito, Síria, Líbano e a Transjordânia uniram-se na luta contra Israel, que, embora inferiori-

* N.R.: Mapa da Paz – é o endosso do Mapa do Caminho conforme o entendimento do Quarteto.

¹⁹ Ibidem

²⁰ “Expansão de colônia judaica na Cisjordânia é autorizada”, Renata Molkes, *O Globo*, 19/5/2009.

zado numericamente e em equipamento militar, graças à sua superioridade moral venceu a guerra, passando a ocupar 75% do território da antiga Palestina, sendo o restante ocupado pela Transjordânia, que ficou com a Cisjordânia, e pelo Egito, que ficou com a Faixa de Gaza.

O conflito provocou a fuga de cerca de 500 mil palestinos, que se dispersaram por todo o Oriente Médio, especialmente na Transjordânia²¹. A partir daí, a questão dos refugiados é fundamental na procura de uma solução para a Palestina, constituindo-se num ponto crítico de difícil conciliação.

A esmagadora vitória de Israel na Guerra dos Seis Dias, quando desencadeou um ataque preemptivo contra o Egito, a Jordânia e a Síria, aumentou ainda mais a área sob o controle judeu, ocupando Israel a Cisjordânia, inclusive Jerusalém Oriental²², cuja posse estava com a Jordânia, e a Faixa de Gaza, até então em poder do Egito; além dos territórios da Palestina, Israel ocupou a Península do Sinai, do Egito²³, e as Colinas de Golã, da Síria.²⁴

A Guerra do Yom Kippur, de 1973, não resultou em mudanças territoriais, mantendo o *statu quo ante*.

Os Acordos de Oslo, de 1993, estabeleceram a Autoridade Nacional Palestina (ANP)²⁵, com autoridade limitada na Faixa de Gaza e partes do West Bank, o que deve ser considerado como um passo importante para um futuro acordo entre Israel e os palestinos, para os quais, entretanto, a volta de Israel às fronteiras pré-1967, a volta dos

refugiados palestinos e a solução da questão de Jerusalém Oriental são requisitos indispensáveis para uma paz duradoura.

O controle de Israel sobre as áreas em mãos dos palestinos – tudo o que entra ou sai é supervisionado por Israel, que, além do mais, arrecada os impostos devidos aos palestinos (já se negou a entregá-los à ANP, impossibilitando a administração da área sob gestão desta) – é inaceitável para estes. Israel julga não poder abrir mão deste controle, pois, enquanto perdurarem ataques terroristas contra seu território, ele é essencial para garantir a sua segurança.

A ocupação das Colinas de Golã é um entrave para a solução da disputa, já que envolve inapelavelmente a Síria no conflito. Para Israel, trata-se de uma posição de alto valor estratégico que, caso não haja uma mudança considerável na posição da Síria, não pode ser negociada; para a Síria, a devolução incondicional de seu território é o ponto inicial para qualquer negociação de paz.

O incessante aumento dos assentamentos judeus na região das Colinas de Golã, onde convivem com sírios de etnia drusa, e no West Bank, onde há três assentamentos gigantes, além de inúmeros menores, é outro problema que exige solução.

Houve um incremento considerável no estabelecimento de assentamentos quando, em 1977, o Partido Likud venceu as eleições em Israel, já que o partido defende a criação do Grande Israel (Eretz Israel) e promove, sempre que pode, novos assentamentos. Isso, entretanto, mudou quando, em 2005, na

21 Em 1950, a Transjordânia anexou a Cisjordânia, transformando-se no Estado da Jordânia.

22 Logo anexada por Israel.

23 Devolvida ao Egito em 1978, após a assinatura dos acordos de Camp David.

24 As Colinas de Golã foram praticamente anexadas por Israel quando, em 1981, substituiu a lei militar então vigente pela lei civil israelense, o que, entretanto, não foi reconhecido nem pelos EUA nem pela comunidade internacional.

25 Desde 1969 a OLP, sob a presidência de Yasser Arafat, não estava mais sob a tutela da Liga Árabe. A criação da ANP, em 1993, deu à OLP a condição de ser o braço administrativo da Autoridade. Em 1975, a ONU reconheceu o *status* de observador à ANP e reconheceu ainda o direito de autodeterminação dos palestinos.

gestão de Ariel Sharon, Israel decidiu unilateralmente retirar os seus assentamentos da Faixa de Gaza, embora mantendo o controle do acesso internacional à área, tanto por via aérea como marítima e terrestre. Em consequência, Sharon e seu grupo retiraram-se do Likud, fundando o Partido Kadima. Essa decisão de acabar com os assentamentos em Gaza foi um grande passo no sentido de resolver a questão dos assentamentos, mas, infelizmente, incompleto.

O falecimento de Yasser Arafat, em novembro de 2004, fez desaparecer de cena o único homem capaz de conter os radicais palestinos, pois, inegavelmente, tinha um enorme carisma e contava com o apoio da grande maioria do povo. Com as eleições de janeiro de 2006, o Hamas ganhou a responsabilidade de formar o Gabinete palestino e nomeou primeiro-ministro Ismail Haniyeh. Como esse grupo não reconhece o Estado de Israel e defende o uso da vio-

lência para destruir os judeus, a situação ficou bem mais complicada, já que, por sua vez, nem os EUA nem Israel reconhecem o Hamas como representante dos palestinos. Em meados de 2007, devido a desavenças com Mahmoud Abbas, sucessor de Arafat na presidência da ANP, o Hamas, depois de uma série de confrontos, expulsou o Fatah da Faixa de Gaza, estabelecendo uma divisão no lado palestino e complicando

ainda mais a situação: Israel decretou o bloqueio da Faixa de Gaza e o Hamas passou a bombardear o território israelense com foguetes de fabricação caseira, o que levou à tragédia de dezembro de 2008, quando bombardeios israelenses a Gaza causaram a morte de 400 palestinos e feriram mais de 2 mil, inclusive mulheres e crianças. A comunidade internacional reagiu contra Israel – “resposta desproporcional” –, e o Conselho de Segurança só não aprovou uma

resolução condenando Israel devido ao veto dos EUA.

A cidade de Jerusalém é outro ponto de dificuldades. Declarada capital eterna e indivisível de Israel em 1980, Jerusalém é uma cidade que abriga alguns dos lugares mais santos do judaísmo e do cristianismo e o terceiro lugar mais sagrado dos muçulmanos. Até 1967 a cidade ficou dividida, com Israel controlando a parte oeste da cidade, onde instalou suas principais agências governamentais, e a

Jordânia a parte leste, negando aos judeus o acesso aos seus lugares sagrados na Cidade Velha. A partir de 67, Israel ocupou toda a cidade, declarando-a sua capital em 1980²⁶. Procurando estabelecer uma situação de fato, Israel tem estimulado a mudança de judeus para lá e dificultado o estabelecimento de árabes na Cidade Velha.

A disputa pela água é outro importante ponto a ser resolvido. Os palestinos acu-

O falecimento de Yasser Arafat, em novembro de 2004, fez desaparecer de cena o único homem capaz de conter os radicais palestinos



O fato é que a Faixa de Gaza depende completamente de Israel tanto para o suprimento de água como para a geração de energia

26 Poucos países reconheceram essa anexação.

sam Israel de tirar do Rio Jordão uma quantidade de água desproporcional à sua população; para os israelenses, entretanto, as obras de engenharia por eles feitas asseguram maior suprimento de água também para os palestinos. O fato é que a Faixa de Gaza depende completamente de Israel tanto para o suprimento de água como para a geração de energia.

O fracasso do Islã

Durante o período das Cruzadas, os então “bárbaros” ocidentais destruíram a sofisticada cultura do Islã,²⁷ que, a partir daí, entrou em retrocesso. Mesmo com o advento do petróleo como a principal fonte de energia – num mundo que, pelo seu rápido desenvolvimento, se tornou crescentemente dependente dessa matéria-prima –, a situação do Oriente Médio, onde se localizam as principais reservas do valioso hidrocarboneto, pouco mudou, pois a riqueza veio beneficiar uns poucos dirigentes, mantendo a grande massa da população na pobreza e no atraso.

O islamismo não se modernizou, não sendo influenciado pela “modernidade” que dominou o Ocidente. Por outro lado, o cristianismo foi-se adaptando aos novos tempos – para Max Weber, a ética protestante impulsionou o nascente capitalismo – ou, pelo menos, não se constituiu em obstáculo para o progresso geral.

O fracasso do pan-arabismo, do qual Nasser foi o símbolo maior, a incapacidade do islamismo de se modernizar e promover o desenvolvimento social e econômico e os altos índices de natalidade entre os muçulmanos são fatores que estão criando uma multidão de jovens com pouca cultura, sem oportunidades de emprego e de realização pessoal, desiludidos e facilmente seduzidos por radicais que, frustrados, pregam a *jihad* contra o Ocidente, no entender deles culpado por todas as suas atribulações. O terrorismo dos homens e mulheres suicidas é

decorrência dessa situação, que só pode ser mudada por meio de um longo processo que possa trazer aos povos muçulmanos uma perspectiva de futuro.

Nenhuma solução para os problemas do Oriente Médio terá êxito se não for resolvida essa questão.

OS ATORES ESTATAIS

Os EUA

A poderosa comunidade judaica dos EUA tem pressionado os governos, sejam democratas ou republicanos, a apoiarem Israel na sua disputa com as nações muçulmanas no Oriente Médio. Esse apoio quase incondicional – o veto às Resoluções do Conselho de Segurança que, especialmente após a Guerra de Yom Kippur, condenam Israel é apenas um dos exemplos possíveis – vem minando o prestígio dos EUA entre os países muçulmanos, ti-

O islamismo não se modernizou, não sendo influenciado pela “modernidade” que dominou o Ocidente. Por outro lado, o cristianismo foi-se adaptando aos novos tempos

27 Nossa herança grega foi preservada pelos árabes. A tolerância religiosa dos muçulmanos fez com que os sultanatos na Espanha moura fossem local de refúgio para todos que se sentiam perseguidos, por questões étnicas ou religiosas; após a Restauração, os sultanatos do norte da África substituíram os da Espanha nesse papel.

rando a sua força moral como possível mediador e tornando-o alvo de ataques terroristas como o de setembro de 2001.

A parcialidade americana pró-Israel é, inevitavelmente, uma das dificuldades para o apaziguamento da região, já que não há nenhum outro país com condições políticas para promover a paz. Não há solução possível sem a participação de todos os interessados – o Irã inclusive –, e só os EUA parecem capazes desse esforço se conseguirem se despir dos preconceitos. A eleição de Barak Obama abre uma perspectiva nesse sentido, mas, por outro lado, a eleição de Benjamim Netanyahu, com o apoio do ultraradical Avigdor Lieberman, é preocupante²⁸.

Israel é, ainda, o maior recebedor da ajuda externa americana, e os dois países trocam inteligência e tecnologia militar, o que transforma os EUA em aliado.

Irã

A revolução islâmica, que em 1978-9 pôs fim ao regime de Reza Pahlevi, criou no Irã um estado islâmico dominado pelos xiitas e influenciou todo o mundo islâmico, fazendo surgir por toda a parte grupos radicais que defendem o estabelecimento de Estados regidos pelas leis islâmicas. Para isso também contribuiu a invasão do Afeganistão pela União Soviética, já que implicava uma nova cruzada contra o Islã, a que se deveria resistir com a luta armada.

A eliminação do Iraque, em 2003, como potência que contrabalançava o Irã no Oriente Médio deixou este livre para atuar na área com desembaraço.

Classificado pelos americanos como um dos países que constituem o “eixo do mal”, o Irã dá apoio, não apenas diplomático²⁹, aos grupos radicais, especialmente ao Hezbollah. As ambições nucleares do país, que, segundo os EUA e Israel, vão além do uso pacífico da energia nuclear, criam a possibilidade de um ataque preventivo de Israel às instalações nucleares do Irã, o que poderá causar um novo conflito de proporções inimagináveis.

Os países árabes não têm colaborado para integrar o Irã à comunidade muçulmana, em parte, pelo menos, devido a seus preconceitos em relação à etnia persa, além de temerem um governo religioso, que é rejeitado pela grande maioria dos países árabes, que querem o Estado laico.

Sendo o Irã o regime xiita mais poderoso na região, procura ajudar os outros grupos xiitas, como, por exemplo, no Iraque. O não reconhecimento de Mahmoud Ahmadinejad do Holocausto e sua pregação para que o Estado de Israel seja eliminado do mapa são elementos de complicação na região.

A possibilidade de Ahmadinejad* não ser eleito nas eleições deste ano são reais devido às dificuldades com a economia (a inflação anda na casa dos 19%) e à evidente perda de prestígio interno³⁰, tendo até

* N.R.: Esta matéria foi escrita antes da eleição, em junho de 2009, de Ahmadinejad.

28 Há uma corrente de opinião – um representante dessa corrente é Greg Sheridan, jornalista australiano – que julga que tanto Netanyahu como Lieberman estão sendo demonizados como uma forma de deslegitimar a existência do Estado de Israel. Segundo ele, ambos apoiam o conceito de dois Estados, desde que, conforme previsto no Mapa do Caminho, tanto Israel como os palestinos assumam certas obrigações: Israel tendo que eliminar os assentamentos ilegais(?) e evitar a expansão dos demais e os palestinos tendo que acabar com o terrorismo e constituir um governo capaz de funcionar.

29 Tendo havido evidências do fornecimento de armas e de outras formas de ajuda.

30 A proibição de reformistas, que defendem mais liberdades políticas e sociais, de participarem das eleições legislativas de março de 2008 foi um dos fatores que levou os conservadores a vencerem a referida eleição, ocupando a maioria dos assentos do Parlamento e elegendo para seu presidente Al Lanjani, grande adversário de Ahmadinejad.

recebido uma reprimenda pública do aiatolá Khamenei, substituto de Khomeini. Esse fato, combinado com a eleição de Obama nos EUA, pode dar início a um processo de distensão entre os dois países, desde que o líder eleito seja menos radical. De qualquer forma, porém, será um processo longo.

Síria

A Síria, envolvida em duas guerras contra Israel, numa das quais perdeu as Colinas de Golã, pendência ainda não resolvida, apoia grupos radicais anti-Israel, como o Hezbollah e a Jihad Islâmica, e se mantém num estado de permanente hostilidade contra o Estado judeu. As Colinas de Golã, incorporadas por Israel ao seu território, constituem um formidável obstáculo para a paz.

Suas aspirações relativas ao Líbano são um complicador para a paz na região.

Líbano

Apesar de vizinho de Israel, o Líbano não esteve envolvido nas guerras de 67 e 73. Tendo, porém, abrigado durante certo tempo a OLP, e mais recentemente o Hezbollah, atualmente influente partido político libanês, tem sido alvo de diversas incursões israelenses, inclusive uma em larga escala em 1982, que durou até 2000, e uma breve em 2006.

O forte envolvimento da Síria na política libanesa, já que ela pretende que o Líbano faça parte do seu território, e o apoio

dela e do Irã ao Hezbollah introduzem uma forte tensão nas relações do Líbano com Israel.

A transformação do Hezbollah em partido político é uma etapa importante no processo de descaracterizá-lo como um grupo terrorista. Se isso de fato vier a acontecer, um poderoso obstáculo à paz terá sido removido.

Jordânia

Desde a assinatura, em 1994, de um Tratado de Paz com Israel, a Jordânia tem tido

um papel ativo nas negociações de paz na área. A presença, porém, no seu território de mais de 2 milhões de refugiados, quase que metade de toda população do país, e o fato de que grande parte dos jordanianos são descendentes de palestinos, além da religião comum, não contribuem para a isenção da Jordânia. É bem ver-

dade que os incidentes do Setembro Negro, no qual quase 10 mil palestinos perderam a vida em confronto com o exército jordaniano, deixaram sequelas nas relações com os palestinos.

A Jordânia, que antes da guerra de 67 ocupava o West Bank, abriu mão de sua pretensão sobre a área para o futuro Estado palestino.

A incorporação das terras palestinas à Jordânia e a constituição de um Estado único, com palestinos e jordanianos, tiveram, penso eu, sua oportunidade, mas essa possibilidade foi se tornando, com o passar do tempo, cada vez menos viável.

A transformação do Hezbollah em partido político é uma etapa importante no processo de descaracterizá-lo como um grupo terrorista. Se isso de fato vier a acontecer, um poderoso obstáculo à paz terá sido removido

Egito

Até a assinatura, em 1978, dos Acordos de Camp David, Egito e Israel eram ferozes adversários. Desde então, tem se mantido a paz entre os dois países, embora tensões eventuais tenham ocorrido. Hoje, o Egito está ativamente envolvido nas negociações de paz entre Israel e os palestinos, recebendo em troca substancial ajuda dos EUA (é o segundo beneficiário dessa ajuda, só perdendo para Israel).

Arábia Saudita

A Arábia Saudita mantém relações diplomáticas formais com Israel e tem, por trás dos bastidores, desempenhado certo papel nas negociações de paz entre Israel e os palestinos. O país, porém, agora vítima de atentados perpetrados por grupos islâmicos radicais, tem procurado assumir uma posição ambígua, ora apoiando as ações dos EUA, ora subsidiando com recursos financeiros grupos extremistas islâmicos em diversos lugares do mundo. A influência saudita em Washington é grande, certamente por ser grande fornecedor de petróleo para os EUA, o que, por outro lado, desagrade aos grupos islâmicos mais radicais.

O apoio ao Hamas visa principalmente a contrabalançar a crescente influência dos xiitas iranianos nas questões do Oriente Médio, já que tanto na Arábia Saudita como no Hamas predominam sunitas.

Rússia

Desde a independência de Israel, em 1948, mais de 1 milhão de judeus emigraram da União Soviética para Israel, sendo que ela foi um dos primeiros países a reconhecer o novo Estado.

No período da guerra fria, num claro movimento para contrabalançar a influência dos

EUA na área, a URSS apoiou os países árabes nacionalistas e os militantes palestinos. Após 1991, com a dissolução da União Soviética, a Rússia passou a atuar diplomaticamente no sentido de se alcançar a paz na região, participando, juntamente com os EUA, a União Europeia e as Nações Unidas, do Quarteto. Venda de armas para a Síria e o apoio ao programa nuclear do Irã, que admite pacífico, causam ainda suspeitas quanto à real posição da Rússia.

ATORES MULTISTATAIS

União Europeia

A União Europeia, também membro do Quarteto, procura apresentar um ponto de vista europeu comum, que não seja um mero apoio às posições americanas. A UE defende a criação de dois Estados no território palestino, como delineado no Mapa da Paz. Tem dado substancial ajuda econômica aos palestinos, mas tem se recusado a ajudar o governo liderado pelo Hamas desde que este rompeu com Mahmoud Abbas, em 2007.

Nações Unidas

As Nações Unidas têm estado no centro dos esforços diplomáticos para a solução do conflito Israel-palestino, a começar pela proposta de 1947 para a formação de dois Estados na Palestina. Israel tem sido duramente criticado pela sua alegada negação de cumprir diversas Resoluções do Conselho de Segurança. Em 1975, a URSS e um bloco de países árabes, na Assembleia-Geral, onde não há direito de veto, mas também não se votam sanções, fizeram aprovar uma moção condenando o sionismo como racismo, mais tarde anulado. As Resoluções 242 e 328, aprovadas, respectivamente, após as guerras de 1967 e 1973, ain-

da hoje servem como base para negociações de paz. Eventualmente, forças de paz têm atuado na região, interpondo-se entre os litigantes para evitar conflitos entre eles.

Liga Árabe

A Liga Árabe mantém uma posição hostil contra Israel. Após a guerra de 67, a Liga aprovou uma resolução que ficou conhecida como a dos três “nãos”: não à paz, não ao reconhecimento e não às negociações com Israel, e, por isso, após o tratado de paz do Egito com Israel, o Egito teve suspensa sua filiação à Liga por cerca de uma década. Atualmente, a Liga Árabe defende posições mais moderadas, como a Iniciativa Árabe para a Paz, uma forma de Israel normalizar suas relações com o mundo árabe. Os governos sunitas da Liga desejam que as negociações de paz avancem, uma forma de contrabalançar a crescente influência do Irã xiita sobre o Hamas e o Hezbollah. Muitos israelenses duvidam, entretanto, da sinceridade da Liga Árabe quanto aos planos de paz devido a campanhas na mídia e aos textos dos livros usados nas escolas árabes voltados contra os judeus.

GRUPOS POLÍTICOS

Hezbollah

O Hezbollah, na atualidade, é um dos grupos mais radicais voltados para a destruição do Estado de Israel. Ele nasceu, entretanto, unicamente em função dos problemas do Líbano.

Em 1961, o imã Mussa Sadr, clérigo xiita com forte influência iraniana, dirigiu-se ao Líbano, lá pregando a jihad junto à comunidade xiita do país, a mais pobre, atrasada e sub-representada, concentrada em dois bolsões, um no sul e outro próximo ao Vale de Bekaa, junto à fronteira da Síria. Ele criou o grupo Amal (esperança), com o propósito de fazer com que a comunidade xiita do

Líbano pudesse ser adequadamente representada no Governo e, assim, tivesse condições de sair do atraso e vencer a pobreza crônica num Estado religioso.

No começo dos anos 70, os palestinos da OLP, expulsos da Jordânia, chegaram ao Líbano, dirigindo-se para o sul, de onde teriam possibilidade de realizar ataques a Israel. Como Israel revidava aos ataques, os xiitas migraram para as favelas de Beirute, deixando o sul do país para os homens da OLP.

Quando a guerra civil irrompeu em 1975, os xiitas integravam o bloco muçulmano progressista que estava engajado na luta contra a hegemonia maronita-conservadora, que queria a manutenção do *statu quo* no país. Com o apoio de Kadafi, da Líbia, Sadr organizou a milícia xiita com o propósito de lutar para a implantação no Líbano de um estado islâmico em que os xiitas teriam representação proporcional. Em 1978, Sadr e Kadafi se desentenderam e Sadr foi fuzilado por ordem de Kadafi, sendo substituído no controle do Amal por Nabih Berri, líder ocidentalizado que lutava pelo estabelecimento de um sistema democrático no Líbano, onde os xiitas tivessem uma representação no governo do país compatível com seu número. A recusa da Nabih de lutar pela constituição de um Estado islâmico desgostou os fundamentalistas do Amal, agora com os ânimos exaltados pelo êxito da revolução islâmica no Irã (1978).

Esta foi a origem do grupo Hezbollah (Partido de Deus), criado por dois radicais fundamentalistas: Muhammad Hussein Fallallah e Hussein Musawi. O Hezbollah está comprometido com a implantação no Líbano de um Estado islâmico, nos moldes do Irã.

Com a invasão do sul do Líbano por Israel em 1982, e a consequente expulsão da OLP por Israel, ficou criado um vazio no sul, logo dominando a anarquia; o vazio foi preenchido por grupos radicais, na maioria xiitas, que se empenhavam numa feroz resistência aos

judeus e, em geral, ao mundo Ocidental. Com o aval sírio e o apoio iraniano, o Hezbollah iniciou as primeiras operações suicidas que expulsaram os norte-americanos da Força de Paz; após algum tempo, em 1986, os israelenses se retiraram para uma linha de segurança de apenas 12 milhas de largura. Desde 1983, os xiitas combateram tanto os cristãos como os palestinos na infame Guerra dos Campos e conquistaram Beirute Ocidental. A retirada de Israel do Líbano dar-se-ia apenas 18 anos mais tarde, em 2000; o protetorado sírio terminaria em 2005. Após o fim da guerra civil em 1992, o Hezbollah transformou-se em partido político e, nas eleições de 2005, num Parlamento de 128 lugares conquistou 14 cadeiras. Recentemente, teve seu poder ampliado, conquistando o direito de veto em diversos setores governamentais.

O Hezbollah é reconhecido pelos EUA como grupo terrorista e recusa toda influência ocidental e qualquer compromisso com Israel. Recebe apoio material e financeiro do Irã e da Síria.

A sua transformação em partido político, conforme já discutido quando tratamos do Líbano, abre a possibilidade de o grupo vir a abandonar suas táticas terroristas, embora não a curto prazo.

Hamas

O Hamas (ânimo, empolgação)³¹, também considerado pelos EUA como organização terrorista, foi criado em 1987 pelo *sheik* Ahmed Yassim, oriundo do violento grupo Irmandade Muçulmana do Egito, uma dissidência da OLP de Yasser Arafat que quer que a “bandeira de Alá cubra cada polegada da Palestina”. A criação do Hamas foi decorrente da necessidade de aproveitar a mobilização da juventude palestina durante a Primeira Intifada bem como para preen-

cher o vazio político criado pelo afastamento geográfico da OLP dos territórios ocupados. Seus estatutos, publicados no ano seguinte, apelam para todos os muçulmanos libertarem o território em mãos israelenses por meio de uma violenta *jihad*. A ênfase do grupo no aspecto religioso contrasta com a visão secularista de outros grupos palestinos. Quando foi criado, contou com o apoio de certos grupos israelenses que julgavam dessa forma enfraquecer a OLP (hoje arrendem-se deste apoio, considerando o Hamas como terrorista).

O Hamas é basicamente sunita e tem recebido o apoio da Arábia Saudita e, segundo alguns analistas, também do Irã, o que parece menos provável devido à condição xiita deste.

Em janeiro de 2006, o Hamas, muito voltado para a assistência social dos palestinos, venceu as eleições legislativas da Autoridade Nacional Palestina (ANP), indicando o primeiro-ministro e o Gabinete, ficando Mahmoud Abbas, da OLP, ainda como presidente. A recusa do Hamas de aceitar a decisão da ANP, de 1993 (Acordos de Oslo), de renunciar à violência, reconhecer Israel e de aderir aos acordos já assinados, levou-o a sofrer sanções por parte do mundo ocidental, que, dessa forma, aumentou o seu apoio à OLP, o maior rival do Hamas. O fracasso das negociações para formar um governo de coalizão com a OLP levou o Hamas a expulsá-la da Faixa de Gaza, em junho de 2007, partindo o movimento palestino em duas facções e dificultando ainda mais os esforços para a paz.

O bloqueio da Faixa de Gaza por Israel, que teve início em 2008, e os consequentes ataques ao território israelense com foguetes de construção caseira levaram ao aumento das tensões na área, culminando, em dezembro de 2008, com pesados ataques aéreos desferidos por Israel à Faixa de Gaza, causando a morte

31 São também as iniciais em árabe de Harakat Al Mulawa Al Islamy (Movimento de Resistência Islâmica).

de mais de 400 palestinos e ferindo mais de 2 mil, incluindo mulheres e crianças.

Jihad Islâmica

O grupo foi fundado em 1975 por estudantes palestinos refugiados no Egito, sendo depois organizado para operar na Faixa de Gaza por Fathi Shikaki, que permaneceu na liderança do grupo até 1995, quando foi assassinado, possivelmente por agentes israelenses. O atual secretário-geral da Jihad é Ramadan Shallah, que vive em Damasco (Síria).

Diferentemente do Hamas, a Jihad não tem nenhum papel no campo social. Tem como objetivo a criação de um Estado palestino islâmico e a destruição de Israel por meio de uma guerra santa. Sua característica marcante é a oposição que faz aos governos árabes alinhados com o Ocidente; embora tendo sofrido ataques contra Israel, seu principal alvo são os dirigentes que traíram o Islã adotando práticas ocidentais totalmente contrárias à *sharia* e seguindo políticas que não se coadunam com os ensinamentos do Profeta.

Fatah

O Fatah, fundado por Yasser Arafat na década de 50, é o maior partido palestino e, diferentemente do Hamas, é inteiramente secular. Após ter atuado por muitos anos verdadeiramente como grupo terrorista, desde a criação da ANP reconheceu o Estado de Israel, renunciou ao uso da violência e participa ativamente, com seu presidente, Mahmoud Abbas, do processo de paz, embora, é forçoso reconhecer, o seu braço armado (as Brigadas Al Aqsa), ocasionalmente, conduza ações retaliatórias contra Israel.

CONCLUSÃO

A questão palestina é de difícil solução, mas o estabelecimento de uma forma de convívio entre israelenses e palestinos nos territórios da antiga Palestina é indispensável para a paz mundial.

O estabelecimento de um Estado único para os dois povos parece ideia totalmente descartada; a união da atual Jordânia com os territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza para a constituição de um Estado jordaniano-palestino não parece mais uma solução, principalmente após os acontecimentos do Setembro Negro. A única solução que resta é a

O estabelecimento de uma forma de convívio entre israelenses e palestinos nos territórios da antiga Palestina é indispensável para a paz mundial

constituição de dois Estados, um para os israelenses e outro para os palestinos, independentes, convivendo pacificamente.

A implementação dessa solução enfrenta, porém, muitas dificuldades. Os palestinos insistem que Israel volte a ocupar as

fronteiras pré-1967, o que não é aceito pelos judeus; pelo contrário, estes continuam a fazer novos assentamentos na Cisjordânia e nas Colinas de Golã, estas pertencentes, antes da Guerra dos Seis Dias, à Síria (a retirada dos assentamentos da Faixa de Gaza iniciada por Ariel Sharon foi um passo importante, mas tímido nesse sentido). A situação de Jerusalém é outro ponto de controvérsia, pois os israelenses a consideram capital una e indivisível de Israel, e os palestinos querem ficar de posse da Cidade Velha, na Jerusalém Oriental, onde está um dos lugares mais sagrados dos muçulmanos.

A política de troca de terras por paz, que tanto sucesso teve quando do Acordo de Paz de Israel com o Egito, fará parte, de alguma forma, da solução do problema.

A situação dos refugiados palestinos é outra das questões difíceis. Desde a Guerra de Independência, milhões de refugiados palestinos, a que outros tantos vieram se somar após a Guerra dos Seis Dias, procuraram abrigo nos países árabes vizinhos, onde vivem, até hoje, em condições sub-humanas; sem terem o direito de naturalização reconhecido, vivem na condição de refugiados permanentes. Alguns fugiram de terras que hoje são reconhecidamente de Israel, que não os aceita de volta de nenhuma forma. Possivelmente, uma forma de indenização terá de ser estabelecida para eles.

As condições atuais de vida na Faixa de Gaza são terríveis, principalmente após o bloqueio decretado por Israel quando do estabelecimento do governo do Hamas na região. Na Cisjordânia, a situação não é muito melhor, e haverá necessidade de se criar os requisitos indispensáveis para a sobrevivência do futuro Estado palestino em termos econômicos, o que me parece uma tarefa extraordinariamente complexa. Seria indispensável o estabelecimento de um tipo de Plano Marshall para a região, que ampliasse muito a ajuda que hoje é dada pelos Estados doadores.

Essa questão traz à baila o problema maior, que é o dos países muçulmanos em geral, onde as massas, pobres, sem acesso à educação, não têm perspectivas para o futuro. A falta de capacidade do Islã em criar socie-

dades modernas, com acesso aos frutos do desenvolvimento, está gerando, na juventude desses países, multidões de homens e mulheres desesperados, cuja falta total de perspectivas leva-os inexoravelmente a sucumbirem ao apelo de líderes radicais, engrossando as legiões de homens e mulheres-bomba que agravam os problemas e afastam as soluções negociadas.

O fortalecimento dos grupos não radicais e o apoio às correntes modernizantes nos países muçulmanos é o que pode ser feito,

embora sejam medidas cujas consequências só apareçam depois de muito tempo.

Os países ocidentais podem pressionar para que os governos atuais nos países muçulmanos se preocupem mais com a assistência às suas populações, de modo que não se criem condi-

ções para que os radicais assumam o controle da situação ou perturbem a ordem pública por meio de atos terroristas.

O Quarteto, constituído por EUA, Rússia, União Europeia e Nações Unidas, parece o grupo adequado para resolver a questão como um todo. A ausência da Liga Árabe nesse grupo é o aspecto mais negativo, pois ela representa um grupo de interesse relevante, sem o qual dificilmente será exequível um acordo que seja efetivamente implementado. Os pontos de vista do Irã e da Síria não podem ser ignorados.

Seria indispensável o estabelecimento de um tipo de Plano Marshall para a região, que ampliasse muito a ajuda que hoje é dada pelos Estados doadores

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA>; Palestina; Israel; OLP; Líbano; Iraque; Kuwait; EUA; Análise política; Geopolítica;

BIBLIOGRAFIA

- 1 – Demant, Peter – *O Mundo Muçulmano* – Ed. Contexto, São Paulo, 2005, 428p.
- 2 – “Expansão de colônia judaica na Cisjordânia é autorizada”, Renata Malkes, *O Globo*, 19/5/2009.
- 3 – Hourani, Albert – *A History of the Arab People*, Harvard University Press, USA, 1991, 552p.
- 4 – “Israel leaders mislabeled by foes”, Greg Sheridan, *The Australian*, 9 April 2009.
- 5 – Johson, Paul – *História dos Judeus*, Imago, Rio de Janeiro, 1989, 654p.
- 6 – “Obama exige que Israel detenha assentamentos”, Gilberto Scofield Jr., *O Globo*, 19/5/2009.
- 7 – Oren, Michael B. – *Seis Dias de Guerra*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2004, 532p.
- 8 – Council on Foreign Regulations, The Israeli – Palestinian conflict: http://www.cfr.org/publication/CGME_transcritp.html
- 9 – Hamas: <http://www.cfr.org/publication/8968>
- 10 – Hezbollah: <http://oglobo.com/mat/2006/08/15/285279275.asp>